

-----**ACTA 7/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 21 de Março de 2011**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Março do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente questionou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, período no qual o Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte intervenção:-----

-----**"1 - Sinalética da Cidade.**-----

-----Não tenho dúvidas de que a falta de sinalética conveniente e actualizada tem trazido elevados prejuízos a algumas actividades económicas do Concelho, nem me vou sequer referir a locais de interesse turístico existentes.-----

-----Não há de facto interesse, por parte desta maioria, que este problema seja resolvido. Aqui bem perto, em Alpiarça que, suporia eu, também estaria dependente do alegado concurso, no âmbito da entidade que gere o Turismo, já procederam à sinalização turística da Vila, é um facto por mim confirmado.---

-----Aqui, nem se ata nem se desata e há actividades económicas fortemente lesadas com isso, recorro os bons restaurantes situados fora da zona conhecida, do Hotel e das Estalagens da Cidade, etc.etc.-----

-----Pergunto Sr^a Vereadora Fátima Cardoso se esta matéria é para tratar ou para ficar em "banho-maria" durante este mandato?-----

-----**2 - Ponte D. Luís.**-----

-----Em primeiro lugar quero congratular-me por, pelo menos parcialmente, um prazo ter sido cumprido: o da reabertura ao trânsito da Ponte D. Luís. No entanto acho que falta a iluminação e estranho o facto de terem passado a existir 48 juntas de dilatação. Acho estranho e espero que com a degradação do piso não se torne insustentável circular no tabuleiro da ponte, sobretudo na parte do nosso Concelho onde existem 39.-----

-----**3 - Obras do Largo General Guerra.**-----

-----Não existe, comprovadamente, qualquer sinalização da obra no Largo General Guerra. Nas obras comparticipadas pela União Europeia, de facto e de direito a Lei a isso obriga. Nas obras comparticipadas, é obrigatório afixar, com boa visibilidade, no local dos trabalhos, cartazes com informação sobre a designação da empreitada, o início da obra, o prazo previsto de execução e o valor da comparticipação comunitária.--

-----Qual é o motivo para não existir qualquer informação naquela obra que dura e dura e ninguém conhece os seus contornos, nem em termos de custos, nem de intervenção nem de prazos de conclusão.-----

-----É tempo do cidadão/contribuinte reclamar o seu direito à informação. E é tempo do dono da obra pública assumir o seu dever de informar, a benefício de mais transparência e respeito pelo cidadão.-----

-----Em minha opinião, justifica-se que, antes da consagração de qualquer obra, sobretudo das obras perturbadoras da vida económica abrangida e da normal e segura circulação nas vias públicas, se informe e publicite, com visibilidade e suficiência

de meios, na proximidade do próprio local da intervenção, o início dos trabalhos, as previsíveis alterações e cuidados a ter na mudança da rotina, a designação específica da obra, isto para além da identificação da empreitada em geral e preço estimado, bem como a estimativa de prazo para o final dos trabalhos. Sempre que possível incluir uma ilustração do que vai ser realizado.-----

-----Com mais informação, a realização das obras terá melhor compreensão e aceitação. Com mais e atempada informação há mais transparência na gestão pública. Democratizamos e qualificamos a Administração Pública e a nossa Democracia.-----

-----Este Executivo entendeu, com o maior desprezo pelos nossos munícipes, nada de isto fazer.-----

-----PORQUÊ?-----

-----**4 - Recepcionamento da obra no Parque Alfredo Bento Calado.**-----

-----Sr. Presidente, a obra do Parque Alfredo Bento Calado já foi, oficialmente, recepcionada pela Autarquia?-----

-----**5 - Utilização da nova Pista de Atletismo.**-----

-----Sr. Presidente, existe algum constrangimento na utilização da nova pista de atletismo por parte da única secção de atletismo do Concelho, nos moldes prometidos pelo seu vice-presidente?"-----

-----Em relação à questão da sinalética a Senhora Vereadora Fátima Cardoso respondeu que se continua a aguardar uma resposta, pois em tempo devido a Câmara apresentou todo o processo relativo à sinalética na CIMLT.-----

-----Relativamente à pista de atletismo o Senhor Presidente esclareceu que a mesma vai ser alvo de uma vistoria por parte dos técnicos do Instituto do Desporto, vistoria esta solicitada por ele mesmo, e que só depois é que se procede à recepção da obra.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo levantou a questão, de como foi entregue a obra, uma vez que isto acontece depois de um acto formal, logo, se já está a ser utilizada e se houver algum problema, de quem é a responsabilidade.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que se se vierem a provar falhas, a responsabilidade será do empreiteiro. Disse ainda, que em relação à utilização por parte da secção de atletismo, não há qualquer constrangimento em relação à sua utilização, até porque foi feita quase exclusivamente para esta. Mais disse, que a pista é propriedade do Município, logo terá de ser utilizada segundo as condições por este impostas e não à vontade de cada um. Salientou que aquele local é utilizado por um só grupo de atletismo, o que até é uma vantagem para o mesmo.-----

-----Por fim, esclareceu que em relação à obra no Largo General Guerra, vai saber o porquê de não estar colocada a placa identificativa, até porque é importante para o Município a colocação da mesma.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Vera Lúcia Braulino Nunes, noventa e sete de dois mil e dez; Marília Isabel dos Santos Figueiredo, doze de dois mil e onze.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Indalécio da Silva Domingos, um de dois mil e onze.-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO (STOP) NA RUA LATERAL À E.N. 118, NA FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO -----

-----O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta: "Conforme solicitação da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e porque reconheço a pertinência do pedido cujo cópia anexo, proponho ao Executivo que aprove a colocação da respectiva sinalização de transito."-----

-----Passo a transcrever o pedido da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo:"Pelo presente vem o Executivo da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, solicitar-lhe que se coloque um sinal de STOP na Rua lateral à estrada Nacional 118, contínua à bomba de gasolina e que faz gaveto com a Rua 28 de Setembro, derivado a este local ter muito movimento e onde decorrem acidentes frequentes. Sem outro assunto de momento, despeço-me com os melhores cumprimentos".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE SEGUROS, NO AMBITO DO CONCURSO PUBLICO DA CIMLT -----

-----Presente a proposta do Senhor Vereador José Carlos, do seguinte teor:-----

-----"No âmbito do procedimento do concurso publico internacional com publicação no JOUE, Jornal Oficial da União Europeia, para aquisição de serviços na área dos seguros, proponho a apreciação e aprovação por votação da Minuta de Contrato anexa."-----

-----Transcrição da Minuta de Contrato na área de Seguros:-----

-----"Entre:-----

-----Agrupamento constituído pelos seguintes membros:-----

-----Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, pessoa colectiva nº 508787033, neste acto representada por José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente do Conselho Executivo, conforme poderes que lhe estão conferidos pela alínea f) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto;-----

-----Município de Almeirim, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080 052 Almeirim, pessoa colectiva nº 501273433, neste acto representado por José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;---

-----Município de Alpiarça, com sede na Rua José Relvas, 374, 2090 106 Alpiarça, pessoa colectiva nº 501133097, neste acto representado por Mário Fernando Atracado Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município da Azambuja, com sede na Praça do Município, 2050 315 Azambuja, pessoa colectiva nº 506821440, nesta acto representado por Joaquim António Sousa Neves Ramos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município de Benavente, com sede na Praça do Município, 2130 038 Benavente, pessoa colectiva nº 506676056, neste acto representado por António José Ganhão, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município do Cartaxo, com sede na Praça 15 de Dezembro, 2070 050 Cartaxo, pessoa colectiva nº 506780902, neste acto representado por Paulo Jorge Vieira Varanda, na qualidade de Vice Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe cabem por força das disposições conjugadas pelas alíneas a) e b) do artigo 68º e nº 3 do artigo 57º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município da Chamusca, com sede na Rua Direita de S. Pedro, 2140 098 Chamusca, pessoa colectiva nº 501305564, neste acto representado por Francisco Manuel Petisca Matias, na qualidade de Vice Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe cabem por força das disposições conjugadas pelas alíneas a) e b) do artigo 68º e nº 3 do artigo 57º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município de Coruche, com sede na Praça da Liberdade, 2100 121 Coruche, pessoa colectiva nº 506722422, neste acto representado por Dionísio Simão Mendes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município da Golegã, com sede no Largo D. Manuel I, 2150 128, pessoa colectiva nº 506563774, neste acto representado por José Tavares Veiga Silva Maltez, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município de Rio Maior, com sede na Praça da Republica, 2040 320 Rio Maior, pessoas colectiva nº 505656000, neste acto representado por Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo

68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Município de Salvaterra de Magos, com sede na Praça da República, 2120 072 Salvaterra de Magos, pessoa colectiva nº 506755150, neste acto representado por Ana Cristina Pardal Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe estão conferidos pelas alíneas a) e b) do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;---

-----Município de Santarém, com sede na Praça do Município, 2000 027 Santarém, pessoa colectiva nº 505941350, neste acto representado por Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, na qualidade de Vice Presidente da Câmara Municipal, conforme poderes que lhe cabem por força das disposições conjugadas pelas alíneas a) e b) do artigo 68º e nº 3 do artigo 57º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----AR - Águas do Ribatejo, EIM com sede na Rua Gaspar Costa Ramalho, nº 38, 2120 098 Salvaterra de Magos, pessoa colectiva nº 508345464, neste acto representado por António José Ganhão, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração, com poderes o acto;-----

-----Doravante designado Primeiro Outorgante ou Agrupamento,----

-----E,-----

-----Companhia de Seguros Açoreana, SA, pessoa colectiva nº 512004048, com sede no Largo da Matriz nº 45/52, 9500 094 Ponta Delgada, Açores, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o nº 1530/1991-11-21, com o capital social de 82.500.000,00€, representado no acto pelo Sr. _____, e pelo Sr. _____, na qualidade de administradores, os quais têm poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento junto ao presente, doravante designado Segundo Outorgante, é celebrado o presente contrato de aquisição de Apólices de Seguros, o qual obedecerá às seguintes cláusulas:-----

-----Clausula 1ª - Objecto -----

-----O presente Contrato tem por objecto principal a aquisição, pelo Agrupamento, de Apólices de Seguros para os ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Multirriscos, Marítimo e Maquinas Casco, que serão fornecidos pelo Segundo Outorgante de acordo com os termos e condições previstos no Programa de Seguros, que constitui o Anexo I ao Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante.-----

-----Clausula 2ª - Contrato -----

-----1- O presente Contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.-----

-----2- Constituem anexos do presente Contrato os seguintes elementos:-----

-----a) Os esclarecimentos e as rectificações relativas ao Caderno de Encargos;-----

-----b) O Caderno de Encargos;-----

-----c) A proposta adjudicada;-----

-----d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.-----

-----3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.-----

-----4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.-----

-----Clausula 3ª - Prazo de vigência do contrato-----

-----1 - O contrato mantém-se em vigor pelo período de três anos, contados a partir da data da sua celebração.-----

-----2 - No decurso da execução do contrato, o Segundo Outorgante, por sua iniciativa, não poderá efectuar alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Agrupamento, salvas as excepções previstas nos nº 3 e 5 da presente clausula.-----

-----3 - Só são permitidas alterações às taxas e prémios das

apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento do Agrupamento.-----

-----4 - As alterações que ocorram na decorrência das circunstancias previstas no numero anterior, com excepção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Agrupamento com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por correio registado, com aviso de recepção, sob pena de ineficácia.-----

-----5 - São ainda permitidas alterações às taxas e prémios das apólices em consequência de modificação objectiva do contrato.--

-----Clausula 4ª - Obrigações principais do Segundo Outorgante--
-----Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou no presente Contrato, constituem obrigações do Segundo Outorgante:-----

-----a) A prestação de serviços de seguros decorrente da contratação das apólices de seguro, nos termos constantes do Programa de Seguros anexo ao Caderno de Encargos;-----

-----b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da actividade seguradora;--

-----c) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato e que, nos termos do presente Caderno de Encargos, não sejam da responsabilidade do Agrupamento;-----

-----d) Aceitar o mediador de seguros que lhe for indicado por cada um dos membros que constituem o Agrupamento contratante, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada;-----

-----e) Aceitar, em função das variações que se verificarem em pessoas e bens objecto das apólices contratadas por cada um dos membros do Agrupamento, o aumento, a diminuição, o abate ou a constituição de novas apólices nas condições estabelecidas pelo presente contrato;-----

-----f) Prestar apoio na gestão e execução das apólices de

seguro contratadas, incluindo sinistros, no caso dos membros do Agrupamento que não designem um mediador de seguros para essas matérias;-----

-----g) Manter inalterável as condições contratadas no decurso dos três anos de vigência do contrato, com excepção do previsto nos nº 3 e 5 da clausula 3ª;-----

-----h) Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação das apólices objecto do presente contrato, perante cada um dos membros do Agrupamento contratante, através da emissão de apólices em nome de cada um dos membros do Agrupamento;-----

-----i) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.-----

-----Clausula 5ª - Forma de prestação de serviço -----

-----1 - Para os casos referidos na aliena f) da clausula anterior e como complemento aos deveres aí referidos, fica o Segundo Outorgante obrigado a manter, nas instalações da CIMLT, com uma periodicidade mensal, se outra não for indicada pelo Agrupamento, reuniões de coordenação com os representantes do mesmo, dos quais deve ser lavrada acta a assinar por todos os intervenientes na reunião.-----

-----2 - As reuniões previstas no numero anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Agrupamento, o qual deve elaborar uma agenda prévia para cada reunião.-----

-----3 - O Segundo Outorgante fica obrigado a apresentar ao Agrupamento, com uma periodicidade trimestral, um relatório de gestão da carteira de seguros, contendo a evolução de todas as operações objecto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.-----

-----4 - No final da execução do contrato, o Segundo Outorgante deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e actividades ocorridos durante a

execução do contrato.-----

-----5 - Todos os relatórios, registos, comunicações, actas e demais documentos elaborados pelo Segundo Outorgante devem ser integralmente redigidos em língua portuguesa.-----

-----Clausula 6ª - Recepção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato.-----

-----1 - No prazo de dez dias a contar da celebração do contrato, o Segundo Outorgante deve disponibilizar ao Agrupamento as minutas de apólices de seguro a contratar, procedendo esta à respectiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem e cumprem com os termos e condições previstos no presente Contrato, no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.-----

-----2 - Na análise a que se refere o numero anterior, o Segundo Outorgante deve prestar ao Agrupamento toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.-----

-----3 - No caso de a análise do Agrupamento a que se refere o nº 1 não comprovar a conformidade das apólices com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com os termos e condições definidos no presente Contrato, no Caderno de Encargos e/ou na proposta adjudicada, o Agrupamento deve disso informar, por escrito, o Segundo Outorgante.-----

-----4 - No caso previsto no número anterior, o Segundo Outorgante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Agrupamento, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e dos termos e condições previstas no caderno de Encargos e no presente Contrato.-----

-----5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Segundo Outorgante, no prazo respectivo, o Agrupamento procede a nova análise, nos termos do nº 1.-----

-----6 - Caso a análise do Agrupamento a que se refere a nº 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Segundo Outorgante com as exigências legais, e neles não sejam detectadas quaisquer discrepâncias com os termos e condições

previstas no presente Contrato, no Caderno de Encargos e/ou na proposta adjudicada, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Agrupamento.-----

-----7 - A emissão da declaração a que se refere o numero anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com os termos e condições previstas no presente Contrato ou no Caderno de Encargos.-----

-----Clausula 7ª - Preço Contratual-----

-----1 - Pela prestação dos serviços objecto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do mesmo, o Agrupamento deverá pagar ao Segundo Outorgante o preço global de 3.640.700,64 € (três milhões e seiscentos e quarenta mil e setecentos euros e sessenta e quatro cêntimos) conforme consta da proposta adjudicada, devendo cada um dos membros do Agrupamento os prémios que lhe forem correspondentes, de acordo com os seguintes preços parciais:----

-----* Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo - o valor de 25.542,81;-----

-----* Município de Almeirim - o valor de 318.585,78;-----

-----* Município de Alpiarça - o valor de 229.385,04;-----

-----* Município da Azambuja - o valor de 422.261,28;-----

-----* Município de Benavente - o valor de 420.148,92;-----

-----* Município do Cartaxo - o valor de 365.376,45;-----

-----* Município da Chamusca - o valor de 110.305,68;-----

-----* Município de Coruche - o valor de 333.929,76;-----

-----* Município da Golegã - o valor de 119.300,67;-----

-----* Município de Rio Maior - o valor de 264.836,85;-----

-----* Município de Salvaterra de Magos - o valor 219.185,07;---

-----* Município de Santarém - o valor de 664.244,73;-----

-----* AR - Aguas do Ribatejo, EIM - o valor de 147.597,60.-----

-----2 - O preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Agrupamento, incluindo as despesas administrativas, portes de envio de facturas, bem como quaisquer

encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.-----

-----Clausula 8ª - Condições de pagamento -----

-----1 - As condições de pagamento do encargo resultante da aquisição das apólices de seguro objecto do presente contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Programa de Seguros, que constitui o Anexo I ao Caderno de Encargos.-----

-----2 - Para efeitos do pagamento dos valores devidos, deverão ser emitidas, separadamente, as facturas relativas às quantias devidas por cada um dos membros do Agrupamento autonomamente considerados.-----

-----3 - Em caso de discordância por parte de algum dos membros do Agrupamento quanto aos valores indicados nas facturas respectivas, devem estes comunicar ao Segundo Outorgante, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o Segundo Outorgante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova factura corrigida.-----

-----Clausula 9ª - Penalidades contratuais -----

-----1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, perante cada um dos membros do Agrupamento, o membro em causa pode exigir do Segundo Outorgante o pagamento de uma pena pecuniária, até ao montante máximo de 10% do prémio da apólice a que respeita o incumprimento, em função da gravidade do mesmo.--

-----2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Segundo Outorgante, o membro do Agrupamento em causa pode exigir-lhe uma pena pecuniária num valor não superior a 20% do preço contratual que lhe corresponde.-----

-----3- Ao valor da pena pecuniária prevista no numero anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Segundo Outorgante ao abrigo do nº 1, relativamente às obrigações objecto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respectiva resolução, sempre que se trate do mesmo membro do Agrupamento.-----

-----4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o membro do Agrupamento em causa tem em conta, nomeadamente, a duração da

infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Segundo Outorgante e as consequências do incumprimento.-----

-----5 - Cada membro do Agrupamento pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias que lhe forem devidas nos termos da presente clausula.-----

-----6- As penas pecuniárias previstas na presente clausula não obstam a que o membro do Agrupamento ao qual são devidas exija uma indemnização pelo dano excedente.-----

-----Clausula 10ª - Resolução por parte dos membros do Agrupamento-----

-----1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, cada membro do Agrupamento pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Segundo Outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.-----

-----2 - O direito de resolução referido no numero anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Segundo Outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo membro do Agrupamento em causa.---

-----Clausula 11ª - Resolução por parte do Segundo Outorgante---

-----1 - O Segundo Outorgante pode resolver o contrato nos casos previstos na lei.-----

-----2 - Porém, quando o motivo da resolução disser respeito apenas a um membros do Agrupamento, ou a vários deles, a resolução só produz efeitos quanto ao membro ou membros em questão.-----

-----3 - O direito de resolução é exercido por via judicial.----

-----4 - Nos casos previstos no nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao membro ou membros do Agrupamento em causa, a qual produz efeitos trinta dias após a recepção dessa declaração, salvo se o(s) membro(s) cumprir(em) as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.-----

-----5 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já

realizadas pelo Segundo Outorgante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.-----

-----Clausula 12ª - Foro competente -----

-----Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

-----Clausula 13ª - Comunicações e notificações -----

-----1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto à notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.-----

-----2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.-----

-----Clausula 14ª - Legislação aplicável-----

-----O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de Abril (que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro) e pela demais legislação portuguesa aplicável.-----

-----Clausula 15ª - Caução-----

-----Nos termos do nº 1 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, é necessária a prestação de caução, pelo Segundo Outorgante, para garantia do presente contrato.-----

-----Clausula 16ª - Disposições finais -----

-----1 - O presente contrato é celebrado na sequência de Concurso Público, autorizado por deliberação dos órgãos competentes de cada um dos membros do Agrupamento, na sequência do qual foi proferida decisão de adjudicação pelo Agrupamento, datada de 03/02/2011.-----

-----2 - O encargo total, resultante do presente contrato é de 3.640.700,64€.-----

-----3 - O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas nos orçamentos respectivos de cada um dos membros do

Agrupamento.-----

-----E para que produza efeitos se lavrou o presente, que vai ser assinado pelas partes outorgantes, ficando cada uma com um exemplar."-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo questionou se o património municipal está seguro perante este acordo, e quem vai ser o mediador.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que sim em relação ao património, e em relação ao mediador esclareceu que há sempre interesse por parte das Autarquias, em que seja alguém do Concelho, de confiança da Companhia contratada.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA DE 550.083,54€, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS.-

-----Foi presente pelo Grupo do PS a seguinte proposta:-----

-----"Conjugando o nº 1 do artigo 36º, o artigo 38º, o nº 2 do artigo 40º todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artigo 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa de 550.083,54 € (quinhentos e cinquenta mil e oitenta e três euros e cinquenta e quatro ncêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovada a decisão de contratar através de lançamento de Concurso Publico, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da

obra: "Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou o facto desta proposta vir assinada pelo Grupo do Partido Socialista, em segundo lugar referiu que não pondo em causa a vinda deste equipamento para o Concelho, sendo até uma mais valia, se todo este processo fosse feito dentro de uma competitividade sã. Salientou que não concorda é com o facto do Poder Central obrigar os Municípios a assumirem encargos e responsabilidades que não são do Poder Local. Referiu o facto de que um investimento cerca de 150 mil euros, já que o restante é participado, serviria outros interesses do Concelho. Por estes motivos informou o Vereador que não vai votar a favor da proposta.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse saber da posição do Vereador Aranha Figueiredo desde o início. Referiu que há que distinguir entre o que seria ideal e o que é possível. Relembrou que existem outros equipamentos, por exemplo o Centro de Saúde em Fazendas, o Pavilhão, o Posto da GNR, etc., que apareceram nestas condições. Em relação a este equipamento em concreto, será aqui que serão guardados os materiais que neste momento estão dispersos pelo País, sendo que Almeirim passa a ser o Concelho com mais recursos a nível de Protecção Civil. Por fim disse ser obvio que seria mais normal ser o Estado Central a fazer este investimento, mas não dizer que "sim" ao mesmo, era naturalmente dizer que não se queria o equipamento no nosso Concelho.-----

-----Continuou, para esclarecer que em todos os distritos, à excepção de Setúbal, o CDOS se encontra em sede de distrito. Santarém era o único local que se encontravam divididos, os chamados CCOS, entre Almeirim (Zona Norte e Ribeirinha) e Tomar. Mais tarde o CCO Ribeirinho que funcionava no quartel dos Bombeiros foi para Tomar. Salientou que não discute o facto de estar concentrado ou não, mas sim as condições em que está

feito, já que em Tomar era muito pequeno, não se entendendo porque é que não veio para Almeirim. Informou que numa reunião tida no Governo Civil de Santarém se colocou a questão dos tremores de terra e se perguntou porque é que os serviços não estavam todos concentrados e que na altura o Senhor Chambel respondeu que ninguém se disponibilizou para tal. De seguida a Autoridade Nacional e o Secretário de Estado contactaram Tomar, Santarém e Almeirim para hipóteses de instalação do CDOS. Depois de dadas as condições, nem Santarém nem Tomar acederam à instalação do equipamento. Sugeriu-se, a esta altura a instalação em Almeirim. Depois de um encontro de Protecção Civil em Bruxelas e depois de troca de correspondência com o General, em que foi indicado que Almeirim tinha as condições ideais para a vinda do equipamento, referindo-se até "Almeirim está no lado certo do futuro aeroporto". Por fim, o Presidente da Protecção Civil, acabou por indicar para se arranjar em Almeirim o espaço para criação da FEB.-----

-----O Vice Presidente esclareceu também que não houve qualquer influencia politica, sendo a decisão inabalável do ponto de vista técnico e que não é da sua responsabilidade que nem Tomar nem Santarém tomassem as providencias para a instalação do CDOS, sendo que Almeirim, sim, se apresentou como alternativa.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo frisou que não põe em causa o que a influencia politica possa trazer de benefícios para o Concelho, desde que não sirva interesses meramente partidários. Disse ter reflectido enquanto o Senhor Vice Presidente intervinha, sobre a posição estratégica que Almeirim ocupa e das infra-estruturas que a servem, esta é uma mais valia da qual se deveria tirar maior vantagem. Voltou a mencionar que não votará a favor da proposta de protocolo, que condiciona todas as outras, abstendo-se de discutir as restantes.-----

-----O Senhor Presidente usou da palavra dizendo que comunga de todas as opiniões dadas na discussão do assunto e que há um

conjunto de benefícios que o levam, de forma positiva a votar a favor.-----

-----Posta a votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada com 5 votos a favor do PS, 1 abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OBTENÇÃO DE EMPRESTIMO BANCARIO PARA A CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Tendo em conta a apresentação da candidatura de Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, cujo valor ascende a 55.083,54€ com uma comparticipação comunitária de 70% a que corresponderá 385.058,48€;-----

-----Assim pela faculdade concedida pelos nº 4 e 5 do artigo 39º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais;-----

-----Propõe-se a obtenção de empréstimo bancário para o fim da construção desta obra no valor de 165.025,00€."-----

-----Esta proposta foi aprovada com 5 votos a favor do PS, 1 abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DA CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS.-----

-----"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de: Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador José Carlos da Silva;-----

-----Vogal - Vereadora Maria de Fátima Pina Cardoso;-----

-----Vogal - António da Rocha Pinto;-----

-----Suplentes:-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luis Alberto Ferreira Leitão."-----

-----Posta a votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada com 5 votos a favor do PS, 1 abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS, DO CONCURSO DE CONSTRUÇÃO DA BASE PERMANENTE DO GRUPO DE SANTAREM DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da empreitada de "Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros."-----

-----Esta proposta foi aprovada com 5 votos a favor do PS, 1 abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----Relativamente à votação contra as propostas, o Senhor Vereador representante do MICA, leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Sr. Vice-Presidente, faço votos para que não veja, a curto prazo, substituir o nosso Frade por um Bombeiro. Podemos conjugar os dois retorquiu o Presidente, podemos pôr um bombeiro a apagar a fogueira feita pelo frade. Sintomático, digo eu.-----

-----Esta Autarquia deve ser a mais "filantrópica" do país, para não lhe chamar um nome feio.-----

-----Em primeiro lugar, a disponibilidade, que classificaria de

subserviência a interesses partidários que, não são certamente os nossos, para construir a Cadeia José Gomes, sem qualquer contrapartida para o Concelho, antes pelo contrário, teríamos obrigações que não conseguiríamos suportar, para além de causar a destruição da nossa imagem, no país e no Mundo.-----

-----Depois a disponibilidade para ceder instalações e equipamento para cursos de formação a entidades que não são tuteladas pela autarquia: Centro de Emprego e Formação, da responsabilidade Estatal e até o próprio ISLA, uma entidade privada sem grande qualificação e interesse na matéria, a não ser a de obter as mais-valias dessa formação, bem como ao Centro de Formação dos Gagos, pelos mesmos motivos anteriormente enunciados.-----

-----Somos de facto uma Autarquia magnânima nestas questões.-----

-----Não fora estarmos a gastar indiscriminadamente o dinheiro dos nossos contribuintes, até acharia que estávamos a ser simpáticos e filantropos. -----

-----Agora temos a Construção da Base Permanente para o Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros.-----

-----Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros? Sublinho Santarém. Porque é que não ficou em Santarém? Serão divergências partidárias com resoluções políticas governamentais? Nunca o saberei.-----

-----Vamos gastar mais de meio milhão de euros nessa obra, para além da cedência dos terrenos?-----

-----Estamos em condições de o fazer sem prejudicar o Concelho? Não estamos com certeza.-----

-----Parece-me mais uma situação de capricho pago pelos almeirinhenses, cuja edilidade já tem uma dívida que ultrapassa os 10 milhões de euros, que deve aos pequenos comerciantes cerca de 1,5 milhões e que viu os custos com a água e saneamento aumentar mais de 24% e que perde mais de 300 mil euros por mês de receitas que vão para as Aguas do Ribatejo, dinheiro que faz falta em Almeirim, nomeadamente para contratar médicos para os nossos postos de saúde em Paço dos Negros, Marianos, Raposa,

Benfica do Ribatejo etc, etc.-----

-----Como sempre dissemos a população de Almeirim é desprezada pela maioria desta Câmara, que apenas vive para se auto-alimentar e para satisfazer caprichos e vícios privados com dinheiros públicos.-----

-----No projecto de Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém da Força Especial de Bombeiros, para além de não conhecermos as nossas contrapartidas e vantagens efectivas para o Concelho, verifica-se que o mesmo não se encontra orçamentado para 2011, nem sequer no Plano de Actividades para 2011.-----

-----Ora tanto quanto nós saibamos não foi apresentada nenhuma revisão do orçamento ou do Plano de Actividades, que nos termos da Lei tem de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Neste sentido esta despesa não se encontra orçamentada, logo não foi observada a regra do cabimento prévio prevista no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL;-----

-----Assim a autorização desta despesa, sem fundamento legal, implica a nulidade da deliberação que autorizou a despesa e a consequente nulidade do contrato celebrado, por força do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 2, al. e), e 4 da Lei das Finanças Locais e 42.º, n.º 6, al. a) da Lei de Enquadramento Orçamental, no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL e no artigo 95.º, n.º 2, al. b), da Lei n.º 169/99, constituindo ainda violação de normas financeiras".-----

-----A violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização em pagamento de despesas é susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais em responsabilidade financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.-----

-----De acordo com os princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio, nenhuma despesa pode ser assumida, autorizada e paga sem que se encontre suficientemente discriminada no orçamento municipal e tenha cabimento no correspondente crédito

orçamental, em rubrica de classificação orgânica e económica adequada, com saldo suficiente para a comportar (cfr. os pontos 2.3.4.2., alíneas d) e g), 2.6.1. e 3.1.1., alínea f), do POCAL e o art.º 3.º, n.º 1, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

-----A realização de qualquer despesa pública deve obedecer aos princípios de conformidade legal (prévia existência de lei que autorize a despesa) e regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa).-----

-----Por todos estes motivos e porque esta obra vai, seguramente, comprometer investimentos noutras necessidades básicas do Concelho, o MICA vota contra e faz Voto de Vencido nos pontos 4, 5, 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos desta Reunião.”-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo justificou a sua abstenção, com os motivos por ele referidos durante a discussão do assunto.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos leu a seguinte Declaração de Voto, respeitante à sua votação a favor:-----

-----“Como elemento do Grupo do PS subscrevi e assinei estas propostas partindo do pressuposto de que, seria acima de tudo uma questão de interesse concelhio, com claras vantagens e mais valias para todos.-----

-----Ora, quando em Junho de 2009 o Secretário de Estado José Medeiros referiu que o Município de Almeirim tinha reservado um terreno para a construção do edifício do CDOS, Centro Distrital de Operações de Socorro, não imaginava que apenas um ano e pouco depois, de um terreno passaria a três e que a ANPC, Autoridade Nacional de Protecção Civil viesse pedir à Câmara uma comparticipação de cerca de 1/3 do valor da obra e ao qual não está a ser adicionado nem o valor dos terrenos, nem dos projectos inerentes à construção.-----

-----A FEB, Força Especial de Bombeiros, vulgarmente chamada de “Canarinhos” e que vão ocupar os outros dois terrenos, é uma

força de elite, com vencimentos condicentes, que tem como missão responder com elevado grau de prontidão a cenários de incêndios graves e catástrofes em qualquer lugar dentro ou fora do País, mas sobretudo no ataque a incêndios florestais! E no Inverno?---
 -----Voto a favor, mas não deixo de manifestar a minha apreensão e receio que a Câmara Municipal de Almeirim, com as graves dificuldades económicas que atravessa, condicione com estas despesas outros interesses para o futuro do Concelho e até, ou talvez não, o interesse dos Bombeiros Voluntários de Almeirim".-

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL -----

-----Foi pelo Senhor Vice Presidente presente a seguinte proposta:-----

-----"Proponho à Câmara a aprovação do texto do protocolo, em anexo, a celebrar com a autoridade Nacional de Protecção Civil, com vista à instalação da base permanente da Força Especial de Bombeiros."-----

-----Transcrição do Protocolo acima mencionado:-----

-----"Considerando que:-----

-----A gestão de instalações e equipamentos, sendo da competência da Câmara Municipal, encontra-se delegada no Senhor Presidente, de acordo com o disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 64º, conjugado com o nº 1 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----Através do Despacho nº 14 546/2009, de 29 de Junho de 2009, de sua Excelência o Secretário de Estado da Protecção Civil, foi reorganizada a Força Especial de Bombeiros, composta por um batalhão, constituído por três companhias, situadas, entre outros, no Distrito de Santarém;-----

-----Compete à Autoridade Nacional de Protecção Civil, através da sua Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil, assegurar o suporte logístico e administrativo da Força Especial de Bombeiros;-----

-----O Município dispõe de um terreno sito no lote nº 84 no qual irá proceder à construção de um edifício onde pretende sediar uma base de apoio permanente para o grupo da 3ª Companhia da Força Especial de Bombeiros (FEB) afecto ao distrito de Santarém;-----

-----é celebrado entre:-----

-----Município de Almeirim, pessoa colectiva nº 501273433 com sede na Rua 5 de Outubro em Almeirim, aqui representada pelo Sr. Dr. José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado Primeiro Outorgante,-----

-----e-----

-----Autoridade Nacional de Protecção Civil, serviço da administração directa do Estado, pessoa colectiva de direito publico número 600082490, com sede na Avenida do Forte em Carnaxide, representada neste acto pelo seu Presidente, Major-General Arnaldo José Ribeiro da Cruz, com poderes para o acto, adiante designada por Segunda Outorgante,-----

-----o presente Protocolo, o qual se rege pelas clausulas seguintes:-----

-----Clausula Primeira-----

-----No âmbito deste Protocolo, o Primeiro Outorgante cede à Segunda Outorgante, gratuitamente e sem quaisquer ónus ou encargos, o uso da parcela do domínio privado municipal e o edifício supra mencionados, para base permanente do Grupo de Santarém da FEB.-----

-----Clausula Segunda-----

-----A cedência das instalações referidas na clausula anterior destina-se à execução de todas as actividades que a Segunda Outorgante entenda realizar naquele espaço, nomeadamente, formação distrital dos bombeiros, o estacionamento e base de apoio permanente do grupo do Distrito de Santarém de 3ª Companhia da FEB ou de outros meios materiais ou humanos que a Segunda Outorgante entenda por conveniente localizar nas mesmas.-----

-----Clausula Terceira-----
-----A Segunda Outorgante obriga-se no âmbito do presente protocolo a:-----
-----a) Proceder à manutenção do espaço cedido;-----
-----b) Proceder ao pagamento da água e energia eléctrica consumidas no local, assim como de todas as outras despesas inerentes ao funcionamento da estrutura.-----
-----Clausula Quarta-----
-----1 - O presente Protocolo produz efeitos 30 dias após a conclusão das obras do edifício e tem a duração inicial de 20 anos, renovável por igual período.-----
-----2 - A ANPC garante a manutenção de um efectivo mínimo de 45 elementos da Força Especial de Bombeiros, ou outra força semelhante e/ou de objectivos idênticos, durante a vigência do presente protocolo, excepto nos casos em que seja determinado, superiormente, o fim destas forças.-----
-----3 - O incumprimento do disposto no numero anterior obriga a ANPC, durante a duração inicial de 20 anos, a ressarcir o investimento realizado directamente pela autarquia com os projectos e a construção da infra-estrutura objecto de cedência, excluindo verbas provenientes de fundos comunitários.-----
-----4 - O montante a ressarcir é apurado proporcionalmente ao tempo de utilização da infra-estrutura, tendo por referencia os primeiros 20 anos de duração inicial do protocolo como período de amortização do investimento.-----
-----5 - As partes podem denunciar o protocolo por mutuo acordo mediante comunicação por escrito com a antecedência mínima de 180 dias.-----
-----O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes, sendo apostos nas assinaturas dos seus representantes o respectivo selo branco."--
-----Posta a Minuta de Protocolo a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 5 votos do PS, e 2 votos contra da CDU e MICA.-

-----O Vereador Francisco Maurício voltou a questionar o

Executivo sobre a actividade do ISLA no concelho de Almeirim no âmbito do Programa das Novas Oportunidades e quis saber como é que esta Instituição se foi instalar no Restaurante das Piscinas. A Vereadora Maria Emília Moreira informou que, na área da Formação para Adultos, a Câmara Municipal tem uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que tem várias turmas a funcionar no Retail Park de Almeirim e tem Protocolo com o Centro de Formação dos Gagos e com o ISLA. O Centro de Formação dos Gagos, para além das turmas que tem a funcionar no seu próprio local, tem também algumas turmas em Almeirim, na Central de Transportes e na IPSS Conde Sobral onde tem vindo a dar formação de Inglês e a fazer RVCC para o 9º ano e para o nível Secundário. O ISLA está com o RVCC para o 9º ano e para o nível Secundário nas Fazendas de Almeirim, na Raposa e em Almeirim; está também para iniciar em Benfica do Ribatejo. Nas freguesias fora da sede do concelho, o RVCC está a decorrer nas escolas e em Almeirim está a decorrer no Restaurante das Piscinas. Esta última opção resultou de uma análise/apreciação dos lugares possíveis para tal efeito e foi o espaço cedido por reunir as condições necessárias, tem aí funcionado os ATL de Verão da CPCJ, e não representa qualquer despesa acrescida para o município.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO - A Câmara tomou conhecimento do fax emanado da CIMLT, respeitante à despesa do Município com pessoal, no valor 31.084,87 euros.-----

-----ESTRADAS DE PORTUGAL - A Câmara tomou conhecimento do fax emanado da EP, SA, a informar do restabelecimento do tráfego, desde o dia 20 de Março, na EN 114, Ponte D. Luís.-----

-----ASSEMBLEIA DA REPUBLICA - A Câmara tomou conhecimento do ofício emanado da Assembleia da Republica, pelo Senhor Deputado

Pedro Mota Soares, em que solicitam informação sobre Contratos a Termo celebrados pelas empresas municipais.-----

-----MARIA CLEMENTINA TEIXEIRA NEVES - Presente o pedido em nome de Maria Clementina Teixeira Neves, a solicitar apoio para aquisição de uma prótese auditiva. O pedido está devidamente contextualizado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia. Anexo ao mesmo, encontram-se seis orçamentos de vários valores.

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar em 50% para o orçamento de preço mais baixo. Sendo o valor mais baixo de 1.400,00 euros, a Câmara apoiará com 700 euros.-----

-----GRACINDA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PAIVA - A requerente solicita apoio para pagamento de renda de casa em atraso, cujo valor é de 320€. A situação familiar e económica é documentada por informação do Gabinete de Acção Social.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 100€, durante 6 meses, para apoio às despesas da Senhora.-----

-----RITA MARIA VINAGRE DA SILVA ROSA - É solicitado por parte da requerente, apoio para aquisição de óculos para o seu filho, cujo valor, conforme orçamento anexo é de 271€. O pedido está devidamente informado pelo GAS.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 203 euros, para apoio à aquisição dos óculos.-----

-----GRUPO DESPORTIVO RAPOSENSE - O referido Grupo informa da realização do "Passeio de Solidariedade" realizado no dia 13 de Março, em colaboração com a sua secção de BTT, para apoio a um senhor de nome Dinis Coelho, residente na Azerveira, que se encontra em situação muito precária.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 500€ para apoio.-----

-----AMI - Presente a carta desta Associação Humanitária a solicitar apoio financeiro.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 100 euros.-----

-----VESPAGUIAS DE ALPIARÇA - Solicitam apoio financeiro para participação de 4 dos elementos da secção, no Vespa World Days 2011 a ter lugar em Gjovik, Noruega, de 19 a 22 de Maio.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 200 euros para apoio.-----

-----DEVOLUÇÃO DE VALOR DE AGUA - Presente a informação do Serviço de Execuções Fiscais, relativa ao pagamento de recibo de água, em nome do consumidor Joaquim Guardiano Fernandes, residente em Paço dos Negros. O consumidor pagou, devido a erro de leitura mais 100m3 de agua, o que se comprova por listagem de consumos e informação do canalizador da Autarquia, Carlos Leonor anexos à informação.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à devolução de 226,52 euros ao Senhor Joaquim Fernandes.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta de 9 de Março de 2011, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica